

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ENTRE A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL E AS REDES DE PODER: A INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA (1916–1930),

Charya Charlotte Bezerra Advincula Advíncula, Chyara Charlotte Bezerra Advíncula, Johnatan
Ferreira Marques do Vale

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17503>

Submetido em: 2026-08-17

Postado em: 2026-08-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ENTRE A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL E AS REDES DE PODER: A INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA (1916–1930).

Charya Charlotte Bezerra Advíncula
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB,
João Pessoa/PB, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1351-3695>.
<charya.advincula@ifpb.edu.br>

Chyara Charlotte Bezerra Advíncula
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba,
IFPB, Princesa Isabel/PB, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6571-3656>.
<chyara.advincula@ifpb.edu.br>

Johnatan Ferreira Marques do Vale
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3949-7531>
johnatandovale@gmail.com

Resumo: Este trabalho investigou o processo de interiorização dos grupos escolares na Paraíba, entre 1926 e 1930, tendo como foco o Grupo Escolar Gama e Melo, em Princesa Isabel. A pesquisa fundamenta-se em fontes primárias e secundárias, incluindo mensagens presidenciais, decretos, relatórios, matérias jornalísticas e estudos sobre a história da educação e da política paraibana. O Gama e Melo destacou-se como o primeiro grupo escolar do Sertão paraibano e um dos primeiros edifícios construídos especificamente para essa finalidade no estado. Partindo da limitada disponibilidade de recursos destinados à instrução primária, questionamos os critérios que orientaram a escolha dos municípios contemplados. Dialogamos com Pinheiro (2002), Souza (1998) e Lewin (1993), considerando, respectivamente, a expansão dos grupos escolares, seu caráter urbano e as redes políticas oligárquicas. Os resultados

indicaram que a interiorização esteve relacionada não apenas a critérios educacionais e demográficos, mas também às relações de poder entre municípios e governo estadual.

Palavras-Chave: Instrução Pública; Interiorização; Grupos Escolares.

BETWEEN EDUCATIONAL MODERNIZATION AND NETWORKS OF POWER: THE EXPANSION OF SCHOOL GROUPS INTO THE INTERIOR OF PARAÍBA (1916–1930)

Abstract: This study investigates the expansion of school groups into the interior of Paraíba between 1926 and 1930, focusing on the Gama e Melo School Group in Princesa Isabel, the first school group established in the Sertão region. The research draws on primary and secondary sources, including presidential messages, decrees, reports, newspapers, and studies on the history of education and politics in Paraíba. Based on Pinheiro (2002), Souza (1998), and Lewin (1993), the study examines the criteria that guided the selection of municipalities, considering educational, demographic, and political factors. The findings indicate that the expansion of school groups was not determined solely by educational needs or demographic criteria. Rather, it was also influenced by power relations between municipalities, local political elites, and the state government, revealing the intersection between educational modernization and political networks in Paraíba.

Keywords: Public Education; Expansion into the Interior; School Groups.

ENTRE LA MODERNIZACIÓN EDUCATIVA Y LAS REDES DE PODER: LA INTERIORIZACIÓN DE LOS GRUPOS ESCOLARES EN PARAÍBA (1916–1930)

Resumen: Este trabajo analiza el proceso de interiorización de los grupos escolares en Paraíba entre 1926 y 1930, con énfasis en el Grupo Escolar Gama e Melo, en Princesa Isabel, considerado el primer grupo escolar del Sertão paraibano. La investigación se fundamenta en fuentes primarias y secundarias, como mensajes presidenciales,

decretos, informes, artículos periodísticos y estudios sobre la historia de la educación y la política regional. A partir del diálogo con Pinheiro (2002), Souza (1998) y Lewin (1993), se examinan los criterios que orientaron la selección de los municipios beneficiados, considerando factores educativos, demográficos y políticos. Los resultados indican que la interiorización de los grupos escolares no respondió exclusivamente a las necesidades educativas de la población, sino que también estuvo vinculada a las relaciones de poder entre los municipios, las élites políticas locales y el gobierno estatal.

Palabras clave: Instrucción Pública; Interiorización; Grupos Escolares.

Introdução

A implantação dos grupos escolares na Paraíba, nas primeiras décadas do século XX, constituiu um importante capítulo do processo de reorganização da instrução pública e de institucionalização de novas formas de escolarização primária no estado. Vinculada às transformações educacionais promovidas no contexto republicano, à criação desses estabelecimentos esteve associada à difusão de um modelo de escola graduada que pretendia superar a organização dispersa e individualizada das escolas isoladas. Nesse novo formato, as classes passaram a serem organizadas segundo níveis de aprendizagem, os alunos eram distribuídos de acordo com critérios de idade e desenvolvimento escolar, e as atividades pedagógicas eram submetidas a uma estrutura administrativa mais complexa, marcada pela presença de direção, professores especializados por classes e mecanismos mais sistemáticos de controle, inspeção e avaliação. A escola, nesse sentido, passou a ser concebida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos elementares, mas como instituição capaz de ordenar tempos, espaços, práticas e sujeitos.

A emergência dos grupos escolares insere-se, portanto, em um movimento mais amplo de transformação da escola pública brasileira durante a Primeira República. A chamada escola graduada foi apresentada, em diferentes estados brasileiros, como expressão de racionalização, modernização e progresso da instrução pública. Sua organização pretendia conferir maior eficiência ao ensino primário, articulando a classificação dos alunos, a seriação das classes, a organização dos conteúdos, a distribuição dos tempos escolares e a constituição de espaços físicos adequados às novas práticas pedagógicas. Como observa Souza (1998), os grupos escolares assumiram papel relevante na configuração de uma nova cultura escolar, na medida em que materializaram, no cotidiano das instituições, princípios relacionados à racionalidade, à disciplina, à homogeneização dos processos educativos e à formação do cidadão republicano.

Esse processo, entretanto, não ocorreu de maneira homogênea no território brasileiro. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco desenvolveram, ainda nas primeiras décadas republicanas, iniciativas mais sistemáticas de implantação da escola graduada. Na Paraíba, embora o discurso oficial também incorporasse os ideais de modernização e renovação da instrução pública, a constituição dessa nova modalidade escolar ocorreu de maneira mais lenta, descontínua e territorialmente seletiva. A distância entre o discurso de modernização educacional e as condições concretas de implementação constitui, assim, uma dimensão fundamental para compreender a trajetória dos grupos escolares paraibanos.

A implantação desse modelo de escolarização esteve condicionada a um conjunto de fatores de natureza econômica, administrativa, demográfica, urbana e política. Não bastava reconhecer a importância da escola graduada como instrumento de

modernização da instrução pública; era necessário dispor de recursos para construir ou adaptar prédios, adquirir mobiliário, organizar equipamentos, contratar professores e funcionários, além de assegurar as condições materiais para o funcionamento regular dessas instituições. Dessa maneira, a expansão dos grupos escolares implicava escolhas por parte do poder público, uma vez que os recursos disponíveis eram limitados e precisavam ser distribuídos entre diferentes áreas da administração estadual.

Nas primeiras décadas do século XX, a economia paraibana experimentou importantes transformações, particularmente relacionadas à produção, circulação e comercialização do algodão. A expansão dessa atividade contribuiu para dinamizar determinados centros urbanos, fortalecer grupos econômicos e ampliar as possibilidades de arrecadação do Estado. Esse crescimento, contudo, não significou a existência de recursos suficientes para atender simultaneamente às diferentes demandas da administração pública. A construção de estradas, pontes, açudes e prédios públicos, os investimentos em infraestrutura urbana, saúde, segurança, transportes e demais serviços públicos disputavam espaço com as demandas relacionadas à instrução.

Nesse cenário, a educação primária constituiu uma área estratégica, mas também um campo de disputa pela alocação dos recursos públicos. A construção de um grupo escolar demandava investimentos consideravelmente superiores aos necessários à manutenção de uma escola isolada. Enquanto esta poderia funcionar em espaços relativamente simples, muitas vezes em imóveis alugados, cedidos ou adaptados, o grupo escolar pressupunha uma estrutura física capaz de comportar várias classes, salas de aula, espaços administrativos, mobiliário específico e condições consideradas adequadas aos princípios da pedagogia moderna. A adoção da escola graduada, portanto, não representava apenas uma

mudança na organização pedagógica; implicava também uma transformação material e arquitetônica da instituição escolar.

Foi nesse contexto que deve ser compreendida a reforma da instrução pública promovida pelo governo paraibano por meio do Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917¹. O regulamento constituiu importante marco normativo para a reorganização do ensino primário no estado, estabelecendo disposições relativas à classificação, organização e funcionamento das escolas e criando condições para a reunião de escolas elementares em grupos escolares. A legislação expressava, assim, uma tentativa de racionalizar a estrutura da instrução pública e aproximá-la dos princípios de organização da escola graduada que circulavam no debate educacional brasileiro.

A importância do Decreto nº 873/1917 não reside apenas na regulamentação administrativa das escolas. Seu conteúdo permite observar a maneira como o poder público paraibano procurava organizar territorialmente a oferta da instrução e estabelecer diferentes categorias de escolas de acordo com a localização e as características das localidades. A distinção entre escolas situadas nas sedes municipais, vilas e povoações revela que a distribuição da instrução pública estava vinculada à própria organização territorial do Estado. Nesse sentido, a legislação constitui uma fonte relevante para investigar as relações entre política educacional, organização administrativa e distribuição espacial da escolarização.

¹ A organização da instrução pública no Estado da Paraíba foi profundamente reformulada pelo **Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917**, importante marco normativo da reorganização do ensino primário no período. Suas disposições disciplinaram diferentes aspectos da estrutura e do funcionamento das escolas públicas, incluindo a classificação das cadeiras, a organização das escolas elementares e as condições para a constituição dos grupos escolares. **Embora tenha sofrido alterações, complementações e adaptações posteriores, o decreto permaneceu como referência no processo de regulamentação da instrução pública paraibana, especialmente no período de consolidação da escola graduada**, sendo necessário considerar sua articulação com os atos normativos que posteriormente modificaram a estrutura educacional do estado.

A reforma também estabeleceu condições para que escolas elementares existentes nas sedes municipais fossem reunidas, criando possibilidades para a formação de grupos escolares. Essa disposição é particularmente significativa porque evidencia que a implantação da escola graduada não necessariamente dependeria, em todos os casos, da construção imediata de novos edifícios. A reunião de escolas anteriormente dispersas poderia constituir uma estratégia de transição entre o modelo das escolas isoladas e a organização graduada. Dessa maneira, a legislação oferecia ao governo diferentes possibilidades para promover a reorganização da instrução primária de acordo com as condições materiais e financeiras de cada localidade.

Implementação e Interiorização dos Grupos Escolares

A Paraíba já havia iniciado a implantação do novo modelo de escola em 1916, com o Grupo Escolar Thomas Mindelo, localizado na capital, conforme registra Lima (2010). A criação desse estabelecimento deve ser compreendida como parte do esforço de aproximação da instrução pública paraibana aos modelos de organização escolar que vinham sendo difundidos no país. A experiência, entretanto, permaneceu durante vários anos concentrada sobretudo em João Pessoa, evidenciando que a institucionalização da escola graduada não significou sua imediata disseminação pelo território estadual.

Entre 1916 e 1926, a expansão dos grupos escolares ocorreu de maneira bastante limitada. Em 1926, o estado contava com nove estabelecimentos dessa natureza, dos quais seis estavam localizados na capital e apenas três no interior, nas cidades de Campina Grande, Umbuzeiro e Itabaiana. Esses dados são reveladores da concentração

espaial da escola graduada e permitem questionar os mecanismos que orientaram sua distribuição. Se a escola graduada era apresentada como expressão da modernidade educacional e como instrumento de reorganização do ensino primário, por que sua presença permanecia tão restrita fora da capital?

A concentração dos grupos escolares em João Pessoa também evidencia a existência de uma hierarquia territorial na distribuição dos investimentos educacionais. A capital, sede administrativa do governo estadual e principal centro político do estado, reunia parcela expressiva desses estabelecimentos. No interior, por sua vez, a implantação ocorria de forma seletiva, contemplando determinadas localidades enquanto outras permaneciam dependentes das escolas isoladas.

Essa distribuição torna-se ainda mais significativa quando se considera a diversidade econômica e demográfica existente entre os municípios paraibanos. Algumas cidades do interior apresentavam população expressiva, dinamismo comercial, atividades agrícolas relevantes e uma estrutura de instrução primária relativamente consolidada. Ainda assim, essas localidades não receberam grupos escolares. Essa constatação permite deslocar a análise de uma perspectiva exclusivamente pedagógica para uma abordagem que considere também as dimensões econômica, administrativa e política da expansão da escola graduada.

Em 1926, o governo estadual anunciou a construção de novos estabelecimentos em João Pessoa, Areia e Princesa Isabel, sinalizando uma tentativa de ampliar a presença desse modelo escolar para além da capital. A inclusão de Princesa Isabel nesse movimento é particularmente significativa, pois representaria a chegada da escola graduada ao Sertão paraibano. A escolha dessa localidade constitui, portanto, uma questão histórica relevante,

sobretudo quando comparada às condições apresentadas por outros municípios sertanejos.

A documentação oficial evidenciou, ao mesmo tempo, que a expansão dos grupos escolares estava condicionada às possibilidades financeiras do Estado. Em mensagem presidencial publicada pelo Jornal “*A União*”, em 1º de outubro de 1926, o governo reconhecia que muitas escolas do interior funcionavam em condições consideradas inadequadas aos princípios da pedagogia moderna. Como alternativa, foi proposta uma estratégia gradual de construção e organização dos estabelecimentos escolares:

“A princípio, o futuro grupo será apenas escola isolada; depois, escolas reunidas, e, por fim, grupo escolar. Assim, penso, irá o Estado provendo a instrução pública de prédios escolares na altura de suas posses [...]” (Parahyba, 1926, p. 79).

A passagem acima é particularmente reveladora porque explicita a tensão entre o projeto de modernização educacional e as condições materiais de sua realização. O governo reconhecia a necessidade de ampliar e modernizar a rede escolar, mas admitia que a construção de grupos escolares devesse ocorrer progressivamente, de acordo com os recursos disponíveis e com o crescimento da população escolar. A estratégia proposta estabelecia, portanto, uma espécie de percurso institucional: a escola isolada poderia ser transformada em escola reunida e, posteriormente, em grupo escolar.

Mais do que uma simples solução administrativa, essa proposta permite perceber a existência de diferentes ritmos de modernização da instrução pública. O modelo de escola graduada era apresentado como horizonte desejável, mas sua implementação dependia das

condições concretas de cada localidade e das prioridades definidas pelo poder público. Assim, a expansão da escola graduada não pode ser interpretada como um processo linear de substituição das escolas isoladas pelos grupos escolares. Tratava-se, antes, de um processo gradual, marcado pela coexistência de diferentes modelos de organização escolar.

A permanência das escolas isoladas foi, inclusive, uma característica fundamental da estrutura educacional paraibana durante o período. Os grupos escolares constituíam uma parcela reduzida da rede, enquanto as escolas isoladas permaneciam responsáveis por atender grande parte da população escolar, especialmente nas áreas rurais, nas pequenas povoações e em localidades que não dispunham de condições para a implantação de estabelecimentos maiores.

Essa coexistência revela uma importante contradição do processo de modernização educacional. Enquanto o discurso oficial valorizava a escola graduada como símbolo de eficiência, racionalidade e progresso, a realidade da instrução pública permanecia fortemente marcada pela dispersão das escolas isoladas. A modernização, portanto, não eliminou imediatamente as formas tradicionais de escolarização; ao contrário, estabeleceu uma convivência entre diferentes modelos, cuja distribuição estava relacionada às características econômicas, demográficas e políticas das localidades.

A questão dos recursos financeiros também precisa ser analisada de forma articulada às transformações econômicas do estado. O crescimento da produção algodoeira e a dinamização de determinados centros urbanos criaram novas possibilidades de investimento, mas também contribuíram para fortalecer grupos econômicos e políticos que desempenhavam papel importante na vida

pública paraibana. A distribuição dos recursos educacionais deve, portanto, ser situada no interior das relações sociais e políticas que estruturavam o Estado.

Nesse sentido, investigar a interiorização dos grupos escolares significa perguntar não apenas onde esses estabelecimentos foram implantados, mas também por que determinados municípios foram escolhidos antes de outros. Significa analisar os critérios explicitamente estabelecidos pela legislação e confrontá-los com as escolhas efetivamente realizadas pelo governo. A existência de escolas elementares, a população escolar, o número de matrículas, as condições econômicas, a importância urbana e comercial dos municípios e as reivindicações locais constituíam elementos que poderiam orientar essas decisões. Contudo, é necessário considerar também a atuação das elites municipais, as relações de parentesco, compadrio e alianças políticas que caracterizavam a organização do poder na Paraíba republicana.

Essa perspectiva os permitiu compreender quais critérios orientaram a escolha dos municípios contemplados com grupos escolares durante o processo de interiorização da escola graduada na Paraíba e em que medida fatores políticos, econômicos, demográficos e educacionais interferiram nessa distribuição.

A questão ganha maior relevância quando se observa o caso do Grupo Escolar Gama e Melo, em Princesa Isabel. Sua implantação, em 1928, representou um marco na expansão da escola graduada para o Sertão paraibano e ocorreu em um município que apresentava características econômicas, urbanas e políticas particulares. O estabelecimento não apenas ampliou a oferta de instrução primária, mas também materializou a presença do Estado em uma região distante da capital e conferiu visibilidade à ação governamental.

A escolha de Princesa Isabel constituiu, desse modo, uma oportunidade privilegiada para analisar as relações entre educação, modernização urbana e poder político. O município apresentava uma estrutura escolar anterior à implantação do grupo, crescimento econômico associado à atividade algodoeira e uma elite política com capacidade de articulação regional e nacional (Lewin, 1993; Rodrigues, 1981). Esses elementos permitem questionar se a instalação do estabelecimento pode ser explicada exclusivamente pelas necessidades educacionais locais ou se resultou da articulação de diferentes fatores.

A interiorização dos grupos escolares na Paraíba resultou da convergência entre critérios educacionais e demográficos, condições econômicas e urbanas e relações políticas estabelecidas entre as elites municipais e o governo estadual. Nesse sentido pudemos perceber como essas dimensões se articularam em um contexto no qual os recursos eram limitados e as decisões de investimento público necessariamente envolviam processos de seleção e priorização.

Desse modo, analisar a implantação do Grupo Escolar Gama e Melo foi essencial para que conseguíssemos compreender, em escala local, um processo mais amplo de construção da escola pública republicana. Sua implantação permitiu investigar as relações entre a política educacional estadual e as dinâmicas municipais, entre o projeto de modernização da instrução e as limitações materiais de sua execução e, sobretudo, entre a expansão da escola graduada e as redes de poder que estruturavam a sociedade paraibana.

A análise fundamentou-se em fontes primárias e secundárias, com destaque para mensagens e relatórios governamentais, legislação educacional, matérias publicadas no Jornal "*A União*" e estudos dedicados à história da educação e à formação política e econômica da Paraíba. O cruzamento dessas fontes permite

confrontar o discurso oficial acerca da modernização educacional com as condições concretas de implantação dos grupos escolares, buscando identificar continuidades, contradições e possíveis interesses presentes na definição das prioridades de investimento.

Nesse percurso, o diálogo com autores como Pinheiro (2002), Souza (1998), Lima (2010), Vidal e Faria Filho (2005) e Lewin (1993) contribui para articular diferentes dimensões da problemática. Enquanto os estudos sobre os grupos escolares permitem compreender a constituição da escola graduada e sua relação com a modernização educacional, a análise das redes políticas e das relações de poder possibilita problematizar a distribuição territorial dos investimentos públicos. O objetivo, portanto, foi ultrapassar uma leitura que considerava a interiorização simplesmente como consequência natural da expansão da demanda escolar.

A análise partiu, assim, da compreensão de que a expansão da escola graduada foi também uma política de produção do território e de afirmação da presença estatal. A localização dos grupos escolares, a construção de edifícios específicos e a concentração desses estabelecimentos em determinados centros urbanos contribuíram para produzir novas referências de modernidade e civilidade. Ao mesmo tempo, os municípios contemplados com esses investimentos passaram a ocupar posições diferenciadas na rede estadual de instrução pública.

Foi nesse ponto que a experiência de Princesa Isabel adquire particular importância. A instalação do Grupo Escolar Gama e Melo no Sertão não significou apenas a criação de mais uma instituição escolar. O edifício, sua localização, sua estrutura administrativa e sua vinculação ao governo estadual representaram uma forma concreta de presença do Estado em uma região distante da capital. A escola graduada assumia, assim, uma dupla dimensão: pedagógica, por

reorganizar a oferta da instrução primária; e política e simbólica, por representar a capacidade do poder público de produzir e materializar a modernização em determinados espaços do território paraibano.

Sendo assim compreendemos a interiorização dos grupos escolares na Paraíba como um processo histórico complexo, no qual modernização educacional, limitações financeiras, crescimento urbano, expansão econômica, demandas escolares e relações políticas se entrelaçaram. A análise do período compreendido entre 1916 e 1930, com especial atenção à implantação do Grupo Escolar Gama e Melo, nos permitiu acompanhar a passagem de uma política educacional inicialmente concentrada na capital para uma expansão gradual e seletiva em direção ao interior, bem como problematizar os critérios que orientaram essa distribuição.

Mais do que reconstruir a trajetória de uma instituição escolar, buscamos, compreender como o projeto republicano de modernização da instrução pública foi apropriado, negociado e materializado no território paraibano. A interiorização dos grupos escolares revela-se, nessa perspectiva, como um fenômeno no qual as expectativas de modernização educacional se confrontaram com as possibilidades materiais do Estado e com as estruturas políticas que organizavam a sociedade. É nesse entrecruzamento entre educação, território, economia, Estado e poder que buscamos compreender a interiorização desse modelo educacional na Paraíba.

A Distribuição Territorial dos Grupos Escolares

A Paraíba era dividida no período desse estudo em 4 grandes áreas: Zona da Mata, Borborema, Agreste e Sertão (Silva e Moreira, 2023). Essas regiões possuíam desigualdades econômicas, políticas, estruturais, culturais e demográficas (Mariano, 1991), o que refletiu também na alocação de aparatos estatais.

A distribuição territorial desses estabelecimentos também revela desigualdades importantes. Considerando os dados apresentados por Pinheiro (2002), observa-se uma concentração dos grupos escolares nas áreas mais próximas da capital e nas regiões que apresentavam maior dinamismo econômico e urbano. A Zona da Mata, por exemplo, concentrava parte significativa das atividades administrativas e econômicas do estado, além de apresentar maior densidade populacional. O Agreste também passou a receber alguns estabelecimentos, enquanto o Sertão permaneceu durante mais tempo praticamente excluído desse processo.

Essa distribuição permite formular algumas questões acerca dos critérios utilizados pelo poder público para selecionar os municípios contemplados. Seria o número de crianças em idade escolar o principal fator? A quantidade de escolas elementares existentes? O número de matrículas? A capacidade econômica dos municípios? As reivindicações das populações locais? Ou, ainda, as relações políticas estabelecidas entre as lideranças municipais e o governo estadual?

Essas questões são particularmente importantes quando se observa que municípios com expressiva população, atividade econômica e número de escolas elementares não foram necessariamente os primeiros a receber grupos escolares. Assim, a análise da interiorização da escola graduada exige que se ultrapasse uma explicação exclusivamente econômica ou demográfica e se considere também a dimensão política do processo.

Em 1927, por exemplo, a documentação oficial registrava:

“A Parahyba já possuía nove grupos escolares em pleno funcionamento, sendo seis nessa capital e três nas sedes dos municípios de Itabayana, Campina Grande e Umbuzeiro. Todos contam com

numerosa frequencia, attingindo muitos delles o limite da matricula que comportam.” (Parahyba, 1927, p. 8).

O documento acrescentava que, das 322 cadeiras existentes no estado, apenas 27 estavam agrupadas e oito reunidas, permanecendo as demais isoladas. A matrícula alcançava 15.297 alunos, enquanto a Diretoria da Instrução Pública estimava em aproximadamente 27 mil o número de crianças em idade escolar no estado (Parahyba, 1927, p. 8).

Os números revelam a dimensão limitada da escola graduada naquele momento. Embora o discurso oficial apresentasse os grupos escolares como uma alternativa moderna e racional para a organização do ensino, as escolas isoladas continuavam constituindo a forma predominante de escolarização primária.

A Questão dos Edifícios Escolares

As limitações para a interiorização dos grupos escolares não estavam relacionadas somente à disponibilidade financeira. A ausência de prédios adequados também constituiu importante obstáculo à expansão desse modelo.

Diferentemente das escolas isoladas, que frequentemente funcionavam em imóveis alugados ou cedidos por particulares, os grupos escolares demandavam espaços maiores e uma organização arquitetônica compatível com a nova concepção de ensino. A escola graduada pressupunha a existência de várias salas, espaços administrativos e ambientes destinados à organização das diferentes classes e atividades escolares.

No caso das escolas isoladas, essa exigência era menor, uma vez que se tratava, em geral, de instituições de classe única, nas quais um único professor assumia diversas responsabilidades relacionadas ao funcionamento da escola, incluindo o ensino, a matrícula, a organização do espaço e, muitas vezes, questões relacionadas à manutenção do estabelecimento (Advíncula, 2012).

Os grupos escolares, por sua vez, deveriam materializar espacialmente os princípios da chamada pedagogia moderna. A arquitetura escolar passou, assim, a constituir parte importante do projeto de modernização educacional. Vidal e Faria Filho (2005) utilizam a expressão “escolas-monumento” para caracterizar determinados edifícios escolares construídos no período republicano, cuja arquitetura se destacava dos demais prédios urbanos e assumia também uma função simbólica.

Nesse sentido, o edifício escolar não era apenas um espaço físico destinado ao ensino. Sua localização, arquitetura, dimensão e aparência contribuíam para conferir visibilidade à ação do Estado e para representar os ideais de civilização, progresso e modernidade associados à República.

Na Paraíba, alguns dos primeiros edifícios construídos especificamente para abrigar grupos escolares foram localizados no interior. Entre eles destaca-se o Grupo Escolar Gama e Melo, em Princesa Isabel, cuja construção representa um momento importante da interiorização da escola graduada no estado.

O Grupo Escolar Gama e Melo e a Interiorização da Escola Graduada

Os primeiros grupos escolares instalados fora da capital paraibana foram implantados entre 1918 e 1920, nas cidades de Itabaiana e Umbuzeiro (Pinheiro, 2002, p. 280). Posteriormente, durante a década de 1920, outras cidades passaram a receber estabelecimentos desse tipo, entre elas Campina Grande, Ingá, Guarabira, Areia e Princesa Isabel (Advíncula, 2020).

A distribuição desses estabelecimentos chama atenção justamente por sua seletividade. Embora o Decreto nº 873/1917 estabelecesse critérios relacionados à existência de escolas elementares nas sedes municipais, a implantação efetiva dos grupos escolares não ocorreu de maneira uniforme. A legislação previa a possibilidade de reunião de três escolas elementares para constituir um grupo escolar, mas o atendimento dessa condição não parece ter sido suficiente para determinar, por si só, a escolha dos municípios.

As escolas isoladas continuavam predominantes na estrutura educacional paraibana. Elas estavam distribuídas em diferentes categorias, de acordo com sua localização e características. As cadeiras elementares de segunda categoria, por exemplo, correspondiam às escolas localizadas nas sedes dos municípios do interior, enquanto outras categorias atendiam às vilas e povoações (Parahyba, 1917).

Assim, a implantação dos grupos escolares pode ser entendida como parte de um processo de transformação da cultura escolar paraibana, mas também como uma política de expansão territorial seletiva.

Nesse contexto, a escolha da cidade de Princesa Isabel merece especial atenção. O município recebeu o primeiro grupo escolar do

Sertão paraibano, em um momento no qual outras cidades sertanejas apresentavam população e atividade econômica igualmente significativas ou até superiores.

Princesa Isabel e o Grupo Escolar Gama e Melo

O primeiro grupo escolar do Sertão paraibano foi implantado em Princesa, posteriormente denominada Princesa Isabel, em 1928. O município estava localizado a aproximadamente 420 quilômetros da capital e apresentava, segundo Mariano (1999), cerca de 30 mil habitantes, dos quais aproximadamente 6 mil residiam na sede municipal.

Antes da implantação do grupo escolar, Princesa já contava com uma estrutura relativamente diversificada de ensino primário. Havia escolas urbanas e rurais mantidas pelo poder estadual, municipal e por particulares, além do Externato Pereira Lima, estabelecimento particular destinado ao ensino masculino (Mariano, 1991).

A escolha de Princesa Isabel torna-se ainda mais significativa quando considerada em comparação com outros municípios do Sertão. Patos, Sousa, Cajazeiras e Piancó apresentavam contingentes populacionais e atividades econômicas relevantes no período (Jornal "*A União*", 1926, p. 8-16). Ainda assim, Princesa Isabel foi à primeira localidade sertaneja a receber um grupo escolar construído e mantido pelo governo estadual.

O Grupo Escolar Gama e Melo teve seu decreto de criação publicado em 17 de abril de 1928 e iniciou suas atividades em junho daquele ano. Sua estrutura administrativa era composta por um diretor, duas professoras efetivas e quatro professoras adjuntas

(Jornal "A União", 1928). O estabelecimento reuniu as escolas elementares masculina, feminina e mista existentes na sede do município, constituindo, portanto, uma reorganização de estruturas escolares que já funcionavam separadamente.

A imprensa paraibana registrou a inauguração do estabelecimento destacando sua importância para a instrução pública no interior:

"Realizou-se no dia 7 do corrente, na cidade de Princesa, a inauguração do Grupo Escolar alli construido e que representa um benefício de vulto à causa da instrução publica no interior do nosso Estado" (Jornal "A União", 1928, p. 4).

O grupo escolar apresentava uma matrícula de 232 alunos e estava sob a direção do professor Severino Lopes Loureiro, auxiliado por duas professoras e quatro adjuntas. Esses dados demonstram que o estabelecimento possuía uma estrutura significativamente mais complexa que aquela encontrada nas tradicionais escolas isoladas.

A construção do edifício também merece atenção. Localizado na principal rua da cidade, o prédio se destacava em relação às demais construções destinadas à administração pública. Sua presença física contribuía para conferir visibilidade à ação estatal e simbolizava a incorporação de Princesa Isabel ao projeto de modernização educacional em curso.

A implantação do grupo escolar ocorreu, portanto, em uma cidade que já apresentava características urbanas e econômicas diferenciadas em relação a outras localidades sertanejas. Mariano (1999) destaca que esta cidade experimentou, nas primeiras décadas

do século XX, um importante processo de crescimento econômico e transformação urbana, impulsionado principalmente pela produção e pelo beneficiamento do algodão.

Esse crescimento favoreceu a formação de grupos sociais ligados ao comércio, à produção agrícola e às atividades intelectuais. Poetas, músicos e literatos passaram a integrar uma elite cultural que contribuía para dinamizar a vida social local (Marino, 1999). A construção do grupo escolar pode, nesse sentido, ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de iniciativas associadas à modernização urbana e à afirmação do município no cenário estadual.

Escola, Modernidade e Representação do Poder

A arquitetura e a organização dos grupos escolares estavam associadas a um projeto de modernização que ultrapassava a dimensão estritamente pedagógica. Souza (1998) demonstra que os grupos escolares foram concebidos como espaços destinados a materializar os ideais republicanos de civilização, disciplina, racionalidade e progresso.

A escola graduada representava uma ruptura com a organização fragmentada das escolas isoladas. A concentração de diferentes classes em um mesmo estabelecimento, a presença de direção, a divisão dos alunos por níveis de desenvolvimento cognitivo e a organização sistemática do tempo e do espaço escolar constituíam elementos de uma nova cultura escolar.

Nesse sentido, os grupos escolares funcionavam também como espaços de produção de identidades e de inculcação de valores cívicos. A organização dos rituais escolares, o culto aos símbolos nacionais, as comemorações cívicas e a própria arquitetura dos

edifícios contribuíam para a construção de uma representação da República como regime associado à modernidade e à civilização (Vale, 1997).

A escola pública, portanto, assumia uma função que extrapolava a transmissão de conhecimentos elementares. Ela também deveria contribuir para a formação de determinados comportamentos, hábitos e valores considerados necessários à sociedade republicana.

Essa perspectiva ajuda a compreender por que os edifícios escolares assumiram uma dimensão simbólica tão importante. Ao serem implantados em determinadas cidades, os grupos escolares também representavam a presença do poder público e a capacidade do Estado de promover o progresso local.

No caso de Princesa Isabel, essa dimensão simbólica parece particularmente significativa. A construção de um edifício escolar monumental em uma das principais áreas urbanas da cidade não representava apenas a ampliação das oportunidades de escolarização. O prédio também expressava a presença do governo estadual e sua disposição em investir naquela localidade.

Critérios Técnicos ou Relações Políticas?

A análise dos dados demográficos, econômicos e educacionais das cidades sertanejas permite levantar uma questão central: a quantidade de escolas elementares, o número de alunos matriculados e a população em idade escolar foram, de fato, os principais critérios utilizados pelo governo estadual para selecionar as cidades que receberiam grupos escolares?

Os documentos examinados sugerem que esses fatores eram considerados, mas não parecem explicar integralmente a distribuição desses estabelecimentos.

É importante reconhecer que as restrições financeiras do Estado constituíam uma variável decisiva. O próprio discurso dos presidentes da Paraíba registra as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela administração pública. Entretanto, a escassez de recursos, embora explique parcialmente a implantação gradual dos grupos escolares, não esclarece completamente por que determinadas cidades foram priorizadas em detrimento de outras que apresentavam condições demográficas e econômicas semelhantes.

O caso de Princesa Isabel constitui um exemplo particularmente significativo. O município atendia a algumas das exigências previstas na legislação, pois possuía três escolas elementares na sede municipal e apresentava frequência considerada satisfatória. Além disso, experimentava crescimento econômico relacionado à produção e ao beneficiamento do algodão.

Entretanto, outras cidades sertanejas, como Pombal, Sousa e Cajazeiras, também apresentavam condições que poderiam justificar a instalação de um grupo escolar. Algumas delas possuíam população expressiva e dinamismo econômico, mas somente seriam contempladas posteriormente.

Essa diferença temporal suscita a hipótese de que fatores políticos também tenham interferido na definição das prioridades de investimento.

Lewin (1993), ao analisar a cultura política paraibana das primeiras décadas republicanas, demonstra a importância das relações de parentesco, compadrio e alianças políticas na organização do poder estadual. A autora evidencia a existência de redes de

parentela nas quais as relações pessoais tinham papel relevante na constituição e manutenção das estruturas de poder.

Nesse contexto, a relação entre as lideranças municipais e o governo estadual foi constituído como um dos elemento adicional na definição das prioridades públicas. No caso de Princesa Isabel, destaca-se a atuação do deputado José Pereira Lima, liderança política de grande influência regional e nacional (Rodrigues, 1981; Mariano, 1999).

A análise dos documentos permite afirmar que as relações políticas estabelecidas por Pereira Lima foram determinantes para a implantação do Grupo Escolar Gama e Melo naquela localidade. Sua influência política teve papel decisivo na escolha do município para receber a instituição, evidenciando que a criação do grupo escolar esteve diretamente relacionada à sua atuação e articulação no cenário político da época. Embora outros elementos, como a existência de escolas elementares, o contingente populacional, a importância econômica do município e sua posição estratégica no Sertão, também compusessem o contexto favorável à instalação da instituição, foram às relações políticas de Pereira Lima que efetivamente definiram a escolha da localidade para a implantação do Grupo Escolar, de modo a reafirmar a nível municipal, regional e estadual seu poder político junto ao governo paraibano (Rodrigues, 1981; Mariano, 1999; Justino Filho, 1997).

As Redes Políticas e a Distribuição dos Investimentos Públicos

Outro elemento que merece consideração é a relação entre as elites políticas e os investimentos econômicos realizados pelo Estado. A documentação analisada por Galizza (1996) sobre os acordos de cooperação para pesquisa e desenvolvimento da produção algodoeira

evidencia a presença de importantes agentes políticos entre os proprietários beneficiados.

A existência de propriedades vinculadas a figuras como João Suassuna, José Pereira Lima e Antônio Guedes, em municípios que posteriormente receberam ou já possuíam grupos escolares, constitui um dado relevante para a investigação das relações entre economia, política e distribuição dos investimentos públicos.

A recorrência dessas entre os grandes proprietários de terras, e políticos ligados a administração central do estado da Paraíba, nos permitiu problematizar a ideia de que a expansão dos grupos escolares teria não obedecido exclusivamente a critérios técnicos. A implantação da escola graduada parece ter resultado da combinação entre disponibilidade financeira, condições urbanas, população escolar, existência de escolas elementares, importância econômica e relações políticas.

É justamente nessa articulação que reside à complexidade do processo de interiorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos permitiu compreender a interiorização dos grupos escolares na Paraíba como um processo marcado por avanços importantes, mas também por fortes desigualdades territoriais. Embora a República tenha atribuído à educação primária um papel estratégico na construção da sociedade moderna, a implantação da escola graduada ocorreu de forma lenta e seletiva no território paraibano.

As limitações econômicas do Estado constituíram um obstáculo concreto à expansão dos grupos escolares. A necessidade de construir ou adaptar prédios, adquirir mobiliário, contratar professores e organizar administrativamente esses estabelecimentos fazia com que sua implantação exigisse recursos superiores aos necessários para a manutenção das escolas isoladas.

Entretanto, a dimensão econômica não foi suficiente para explicar a distribuição desses estabelecimentos. A análise dos municípios contemplados evidencia que critérios demográficos e educacionais — como número de habitantes, quantidade de escolas elementares e população em idade escolar — nem sempre determinaram a prioridade na implantação dos grupos escolares.

O caso do Grupo Escolar Gama e Melo, em Princesa Isabel, mostra-se particularmente revelador. A cidade possuía condições econômicas e educacionais que justificavam a implantação do estabelecimento, mas sua escolha em detrimento de outros municípios sertanejos igualmente nos revela que as relações políticas tenham desempenhado papel importante na definição das prioridades do governo estadual.

A interpretação de Lewin (1993) sobre a política de parentela oferece uma chave analítica importante para compreender esse fenômeno. Em uma sociedade na qual as relações pessoais, familiares e políticas ocupavam posição central na organização do poder, a distribuição dos benefícios públicos estavam relacionadas não apenas às necessidades objetivas da população, mas também à capacidade de determinados grupos e lideranças de estabelecer interlocução com o governo estadual.

Assim, a interiorização dos grupos escolares na Paraíba deve ser compreendida como resultado de uma articulação entre

modernização educacional, limitações econômicas, condições urbanas, demandas escolares e relações de poder.

No caso de Princesa Isabel, a implantação do Grupo Escolar Gama e Melo adquiriu significado ainda mais amplo. Além de ampliar a oferta de instrução primária, o edifício materializou a presença do Estado em uma cidade que vivenciava importante processo de crescimento econômico e transformação urbana. Sua construção representava, simultaneamente, um investimento educacional, um símbolo de modernidade e uma manifestação concreta do poder público.

O período imediatamente posterior, marcado pelas tensões políticas que antecederam a Revolução de 1930, permite ainda observar como as relações entre as elites locais e o governo estadual poderiam ser alteradas conforme se modificavam as alianças políticas. O rompimento entre José Pereira Lima e João Pessoa, associado às disputas políticas e econômicas do final da década de 1920, constitui, portanto, um importante elemento para compreender as transformações ocorridas na relação entre Princesa Isabel e o governo estadual.

Desse modo, o estudo do Grupo Escolar Gama e Melo não deve ser reduzido à história de uma instituição escolar específica. Ele possibilita compreender, em escala local, as relações entre educação, Estado, modernização urbana, economia e poder político na Paraíba das primeiras décadas republicanas. A escola graduada aparece, assim, simultaneamente como instrumento de escolarização e como parte do projeto de construção da modernidade republicana, cuja expansão pelo território paraibano foi condicionada pelas possibilidades materiais e pelas relações políticas que estruturavam a sociedade daquele período.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ADVINCULA, Charya Charlotte Bezerra. **O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM PRINCESA /PB: política e educação.** 1920-1939. Dissertação de Mestrado. PPGE. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4739?locale=pt_BR. Acesso em 05 de maio de 2026.

ADVINCULA, Charya Charlotte Bezerra. **“Escripturação”, Organização e Cultura Escolar no Grupo Escolar Gama e Melo-1928/1949.** Tese de Doutorado. PPGE. João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18695?locale=pt_BR. Acesso em 10 de jul. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História da educação e história cultural.** In: VEIGA, Cyntia Greive e FONSECA, Thais Nívia (org.) História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GALLIZA, Diana Soares. **Modernização Sem Desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930.** João Pessoa: Editora Ideia:João Pessoa, 1996.

GURJÃO, Eliete de Q. **Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945).** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1994.

JUSTINO FILHO, José . **A Tradição Ressignificada: Uma leitura da Vida sócio-política de Princesa Isabel – PB.** Dissertação de Mestrado: Campina Grande, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Rosângela C. F de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo e a Cidade: Espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)**. Dissertação de mestrado: João Pessoa, 2012.

MARIANO, Paulo. **Princesa: Antes e depois de 30**. Princesa Isabel: Empresas Gráficas do Nordeste, 1991.

MARIANO, Serioja R. C. **Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. Dissertação de Mestrado. Recife, 1999.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. **Pedagogia Liberal Modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas: Autores Associados – FE/Unicamp, 1997. (coleção memória e educação).

PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares**. Campinas: Autores Associados, 2002.

PARAYBA, Governo do Estado. **Decreto Nº 873 de 21 de Dezembro de 1917**. Parayba do Norte: Imprensa Oficial, 1917. P. 177 -2019.

_____. **Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Oficial, 1927**. P. 98-110. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u561/>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

_____. **Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Oficial, 1927**. P. 33-47. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u562/>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

PINSKY, Carla B. e LUCA, Tania Regina de (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de Almeida; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX**. 2. ed. - Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

VALLE, Lilian do. **A Escola e a Nação**. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1997.

SILVA, Elton Oliveira da; MOREIRA, Ivan Targino. **Regionalização do Estado da Paraíba: histórico e Perspectiva**. XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Editora Realize: Campina Grande, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94240>. Acesso em 05 ago. de 2026.

SOUSA, Rosa de Fátima. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

RODRIGUES, Inês C. L. **A Revolta de Princesa: Poder privado X poder instituído**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. As lentes da história. **Estudos de historiografia da educação no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

Submetido: 18/08/2026
Aprovado: XX/XX/XXXX
Editor(a) de seção:



Critérios SciELO Brasil

Formulário sobre Conformidade com a Ciência

Aberta

versão 29 de junho de 2020

Por meio deste formulário os autores informam o periódico sobre a conformidade do manuscrito com as práticas de comunicação da Ciência Aberta. Os autores são solicitados a informar: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados; e, (c) se aceitam opções de abertura no processo de avaliação por pares.

Preprints

Depósito do manuscrito em um servidor de preprints reconhecido pelo periódico.

O manuscrito é um preprint?	
☒	Sim - Nome do servidor de Preprints: DOI do Preprint:
☐	Não

Disponibilidade de Dados de Pesquisa e outros Materiais

Autores são encorajados a disponibilizar todos os conteúdos (dados, códigos de programa e outros materiais) subjacentes ao texto do manuscrito anteriormente ou no momento da publicação. Exceções são permitidas em casos de questões legais e éticas. O objetivo é facilitar a avaliação do manuscrito e, se aprovado, contribuir para a preservação e reuso dos conteúdos e a reprodutibilidade das pesquisas.

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?	
☒	Sim: ☒ os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito ☐ os conteúdos já estão disponíveis ☐ os conteúdos estarão disponíveis no momento da publicação do artigo Segue títulos e respectivas URLs, números de acesso ou DOIs dos arquivos dos conteúdos subjacentes ao texto do artigo (use uma linha para cada dado):
☐	Não: ☐ dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas ☐ após a publicação os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores – condição justificada no manuscrito ☐ os dados não podem ser disponibilizados publicamente. Justifique a seguir:

Aberturas na avaliação por pares

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de *peer review* oferecidos pelo periódico.

Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?	
☒	Sim
☐	Não

Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito?	
(x)	Sim
()	Não

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Eu, Charya Charlotte Bezerra Advíncula, declaro, para fins de submissão à Revista Educação em Revista, publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do sul o artigo **ENTRE A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL E AS REDES DE PODER: A INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA (1916–1930)**, é original, inédito e não foi submetido a outro periódico, bem como expresse anuência acerca da Submissão e da Política Editorial, Diretrizes para Publicação e Declaração de Direito Autoral, que se aplicará em caso de publicação do trabalho supracitado.

Declaro, também, na qualidade de autor do manuscrito **ENTRE A MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL E AS REDES DE PODER: A INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA (1916–1930)**, que participei da construção e formação deste estudo, e assumo a responsabilidade pública pelo conteúdo deste. A contribuição foi:

Autor 1 – conceitualização, supervisão, redação – rascunho original, validação.

Autor 2 – escrita – revisão e edição, análise formal.

Autor 3 – análise formal, escrita- revisão e edição, visualização, metodologia, validação.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DADOS DA PESQUISA

Todos os dados dessa pesquisa estão nesse artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

- Houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial como Apoio Técnico Pontual, tendo sido utilizado o CHATGPT

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.